

UNIÃO PODER JUDICIÁRIO
 TRIBUNAL REGIONAL DO TRABALHO DA 14ª REGIÃO
 RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
 DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
 JANEIRO A DEZEMBRO DE 2015

RGF - ANEXO I (LRF, art. 55, inciso I, alínea "a")

R\$ 1,00

DESPESA COM PESSOAL	DESPESAS EXECUTADAS (últimos 12 meses)		
	LIQUIDADAS	INSCRITAS EM RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	TOTAL
	(a)	(b)	(c) = (a) + (b)
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	248.993.285,62	430.018,38	249.423.304,00
Pessoal Ativo	201.706.497,28	45.896,72	201.752.394,00
Pessoal Inativo e Pensionistas	47.286.788,34	384.121,66	47.670.910,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização (§ 1º do art. 18 da LRF)	0,00	0,00	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (§ 1º do art. 19 da LRF) (II)	40.288.319,45	429.678,90	40.717.998,35
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00	0,00	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00	0,00	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	391.319,45	429.678,90	820.998,35
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	39.897.000,00	0,00	39.897.000,00
DESPESA LÍQUIDA COM PESSOAL (III) = (I - II)	208.704.966,17	339,48	208.705.305,65

APURAÇÃO DO CUMPRIMENTO DO LIMITE LEGAL

RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (IV)	674.522.742.000,00		
% da DESPESA TOTAL COM PESSOAL - DTP sobre a RCL (V) = (III c / IV)*100	0,030941%	0,000000%	0,030941%
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	0,057479%		387.708.926,87
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 da LRF) - <%>	0,054605%		368.323.480,53
LIMITE DE ALERTA (inciso II do § 1º do art. 59 da LRF) - <%>	0,051731%		348.938.034,19

FONTE: SIAFI GERENCIAL/TRT14ª SOF/SEÇÃO DE CONTABILIDADE ANALÍTICA, 26-01-2016 às 18:00

Notas: Durante o exercício, somente as despesas liquidadas são consideradas executadas. No encerramento do exercício, as despesas não liquidadas inscritas em restos a pagar não processados são também consideradas executadas. Dessa forma, para maior transparência, as despesas executadas estão segregadas em:

- . a) Despesas liquidadas, consideradas aquelas em que houve a entrega do material ou serviço, nos termos do art. 63 da Lei 4.320/64;
- . b) Despesas empenhadas mas não liquidadas, inscritas em Restos a Pagar não processados, consideradas liquidadas no encerramento do exercício, por força do art. 35, inciso II da Lei 4.320/64.

2) Houve Despesas com Sentenças Judiciais de Pequeno Valor executadas por descentralização: despesa liquidada R\$ 2.984.531,12 e inscrita em Restos a Pagar Não Processados R\$ 0,00. Houve despesas liquidadas de Precatórios da Administração Ind. no valor de R\$ 214.759,00 e inscritas em Restos a Pagar Não Processado de R\$ 0,00.

Houve despesas liquidadas de Precatórios da Administração Direta no valor de R\$ 3.895.417,14 e inscritas em Restos a Pagar Não Processado de R\$ 0,00.

DESEMBARGADOR ILSON ALVES PEQUENO JUNIOR
 VICE-PRESIDENTE, NO EXERCÍCIO DE PRESIDÊNCIA

RAIMUNDO JOSE ZACARIAS DA COSTA
 DIRETOR GERAL DAS SECRETARIAS

WHANDER JEFFSON DA SILVA COSTA
 DIRETOR DO SERVIÇO DE CONTROLE INTERNO E AUDITORIA

RAIMUNDA TAMAR SOUZA DA ROCHA
 SECRETÁRIA DE ORÇAMENTO E FINANÇAS